

Polarização e desenvolvimento regional: o caso de Aparecida de Goiânia – Goiás

Claudia Regina Rosal Carvalho

Camila Cardoso Carvalho Rodrigues

Cássia Cardoso Carvalho Vasconcelos

Flávia Rezende Campos

Resumo

O presente artigo teve por objetivo analisar o comportamento dos indicadores socioeconômicos, financeiros e econômicos do município de Aparecida de Goiânia ao longo dos últimos anos, e buscar como se deu a variação dos mesmos. Por meio de um levantamento bibliográfico e documental, foram avaliados os dados disponíveis no Instituto Mauro Borges, a fim de levantar informações que dessem embasamento para averiguação dos valores dos indicadores. Foi constatado que o município cresceu significativamente e teve melhora em praticamente todos os indicadores, aumentando inclusive o seu IDH-M, mas não foi possível identificar se tal crescimento e melhora de indicadores se deu exclusivamente por causa da criação dos distritos.

Palavras-chave: Polos industriais; desenvolvimento regional; distritos empresariais; Aparecida de Goiânia.

Abstract

This article aimed to analyze the behavior of socioeconomic, financial and economic indicators of Aparecida de Goiânia over the past few years, and to look for how the variation of these indicators occurred. By means of a bibliographical and documentary survey, the data available at the Mauro Borges Institute were evaluated, in order to gather information that would provide a basis for ascertaining the values of the indicators. It was found that the municipality grew significantly and improved in practically all indicators, even increasing its HDI-M, but it was not possible to identify if such growth and improvement of indicators was due solely to the creation of the poles.

Keywords: Industrial centers; regional development; business districts; Aparecida de Goiânia.

Introdução

Existem várias teorias que buscam explicar a dinâmica regional. Nesse sentido, as primeiras pesquisas sobre polarização sugeriram com as contribuições de François Perroux que desenvolvia estudos sobre o crescimento econômico, estimulando diversos estudos sobre o tema, como os de Gunnar Myrdal e Albert O. Hirschman. A teoria dos polos de crescimento traz características importantes para o entendimento da escolha pela localização das indústrias em determinadas regiões (WILTGEN, 1991; LIMA E SIMÕES, 2009; MARCHIORO, GUBERT e GUBERT, 2014).

Segundo Jesus e Espínola (2015), a teoria dos polos influenciou o pensamento latino-americano durante os anos de 1960 e 1970. Os planejadores a utilizaram como instrumento para a redução das desigualdades regionais. Da mesma forma, no Brasil, em razão do seu território extenso e da existência de grandes desigualdades regionais, a teoria foi utilizada como forma de diminuir os problemas regionais latentes.

No mesmo sentido, os distritos industriais também foram empregados com o objetivo de diminuir as desigualdades, e no estado de Goiás não foi diferente. Essas políticas foram implementadas pelo governo buscando melhoria nos níveis de crescimento econômico local.

Porém, segundo alguns autores, como Jesus e Espínola (2015), há diversas críticas sobre a efetiva utilização da teoria dos polos na prática. A criação de um distrito industrial não pressupõe a existência de um polo de crescimento ou desenvolvimento, bem como a existência de um distrito não deve se limitar à sua implantação, mas a manutenção das condições para o seu efetivo funcionamento como polo.

Partindo da premissa que a implantação dos distritos industriais no município de Aparecida de Goiânia-GO trouxe transformações para a região, este estudo tem por objetivo descrever a relação da polarização com a existência desses distritos industriais. Para isso, será investigado o surgimento desses distritos e seus impactos sobre os aspectos demográficos, econômicos, financeiros e socioculturais da cidade.

Isto posto, esta pesquisa tem por objetivo analisar o comportamento dos indicadores sociais, econômicos e financeiros do município de Aparecida de Goiânia, após a implantação de seus distritos empresariais, e averiguar como se deu a evolução de tais indicadores ao longo dos anos analisados.

Serão analisados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IMB), classificados em 3 aspectos: demográfico, econômico-financeiro e sociocultural.

As análises do comportamento de tais dados serão realizadas por meio de estatística descritiva, usando o programa Microsoft Excel, versão 2013. Serão utilizados gráficos e tabelas para demonstração da evolução ao longo dos anos analisados e também dados comparativos entre o estado de Goiás e o município de Aparecida de Goiânia.

A teoria dos polos de crescimento e o desenvolvimento regional

Os conceitos-chaves para o desenvolvimento da teoria dos polos de crescimento de Perroux (1967) são as concepções de indústria-motriz e indústria-chave. Wiltgen (1991) afirma que a indústria-motriz se desenvolve prematuramente como grande indústria moderna e com essa característica tem a capacidade de progredir tecnicamente e, conseqüentemente, crescer acima da média. Outrossim, ela tem o poder de exercer ação sobre o sistema em que está inserida em razão do encadeamento que mantém e das economias externas que gera.

Por sua vez, a indústria-chave, segundo Wiltgen (1991), também tem a capacidade de elevar um crescimento global de vendas maior que as suas próprias vendas pois exerce fortes efeitos de encadeamento para frente e para trás, porém é menos amplo que a indústria-motriz. Para Honório, Dutkiewicz e Souza (2001), as indústrias-chaves são unidades, ou setores, que apresentam um relevante encadeamento vertical e horizontal.

A diferença entre indústria-motriz e indústria-chave está na sua amplitude. A conceito de indústria-chave é menos amplo que o conceito de indústria-motriz. Toda indústria-motriz é uma indústria-chave, mas nem toda indústria-chave é uma indústria-motriz (SOUZA, 2005).

Fochezatto (2010) afirma que a teoria dos polos de crescimento é uma das teorias de desenvolvimento regional que enfatiza as interdependências setoriais e as economias de aglomeração como fator determinante para a localização das firmas e do desenvolvimento da região. Dessa forma, ela destaca as ideias de economias externas e o olhar da região em seu conjunto, verificando a sua estrutura produtiva, indo além da preocupação com a localização individual.

Essa teoria, assim como outras, deu suporte a políticas de desenvolvimento regionalizado no âmbito federal, com a implantação de grandes projetos estruturantes nas diferentes regiões, como no estadual, dando suporte às políticas de atração de novos investimentos como as isenções fiscais (FOCHEZATTO, 2010).

Segundo Rippel e Lima (2009), a essência da teoria de Perroux está nas seguintes afirmações, a saber: o crescimento é localizado, isto é, não disseminado no espaço ou no

aparelho produtivo; o crescimento é forçosamente desequilibrado; e a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do conhecimento.

Acrescente-se que, Lima (2003) apud Rippel e Lima (2009) destaca a distinção entre polo de crescimento e polo de desenvolvimento. O polo de crescimento produz a expansão industrial, mantendo o crescimento das atividades, por outro lado, o polo de desenvolvimento apenas produz a expansão da indústria mediante condições especiais.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que os polos desempenham uma espécie de dominação sobre os outros espaços. E essa dominação se dará por meio de uma unidade motriz, sendo ela uma unidade simples ou complexa, podendo ser composta por empresas, indústrias ou ambas, exercendo uma atração sobre as outras unidades que ela se relaciona (RIPPEL e LIMA, 2009).

Por outro lado, de forma mais específica, Myrdal desenvolveu uma teoria que explica a dinâmica econômica regional, pois para ele, a teoria econômica não possuía instrumentos adequados para tratar os problemas das desigualdades regionais. Por meio da Teoria da Causação Circular Cumulativa é possível analisar diversas relações sociais, por exemplo, a saída de uma indústria em uma certa cidade (LIMA E SIMÕES, 2009).

O teórico ainda possui uma visão negativa com relação a concentração espacial das atividades econômicas, pois sem uma política que intervenha nas forças de mercado, outras regiões poderiam ficar estagnadas. (LIMA E SIMÕES, 2009). Por isso, mesmo a intervenção ser algo indispensável, o resultado da instalação de polos é incerto tendo em vista a própria dinâmica do processo de causação circular cumulativa.

No Brasil, a teoria dos polos foi bastante utilizada como instrumento de promoção do desenvolvimento regional, principalmente pela forte tendência a concentração, tanto social quanto espacial da renda nacional. E nesse período, o Estado começa a utilizar os polos como instrumento de intervenção na economia. O governo entendia que, por meio da implantação dos polos, se corrigiria as distorções existentes no processo, sem que fosse necessário a reformulação do padrão básico de desenvolvimento (JESUS e ESPÍNOLA, 2015).

Jesus e Espínola (2015) ainda afirmam que, altas expectativas sobre os efeitos sociais no âmbito do desenvolvimento regional surgiram ao redor da noção de polo ou em torno da manipulação propagandística de polo. Porém, a maioria dos problemas continuava sem solução, como a compatibilização da geografia dos polos com a economia dos polos, ou seja, como manter a economia gerada no local que a gerou.

Para os autores, houve um erro de lógica ao se afirmar como certo aquilo que era apenas possível, ou seja, a teoria dos polos descreve a dinâmica do funcionamento de algo que

já existe e foi apenas constatado, não diz as condições prévias necessárias para o seu surgimento. A implantação de um polo não pode se limitar às condições do seu funcionamento, mas de se criar as condições para que ele exista, de fato, como polo.

Por isso, Hirschman expõe em seu estudo o devido papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico, oferecendo a infraestrutura social necessária, assim como desenvolver estratégias de desenvolvimento, determinando as áreas que são prioritárias (LIMA E SIMÕES, 2009).

Por isso, há críticas quanto a aplicabilidade da teoria. Para Perroux (1967), só haverá a criação efetiva de um polo apenas se a indústria-chave for simultaneamente uma indústria-motriz. Mas definir esses conceitos na prática é extremamente relativo e definido segundo um espaço ou uma região de referência. A teoria tem um alto grau de abstração e os conceitos e ideias são vagos e de difícil aplicação empírica (TOLOSA, 1972 APUD JESUS e ESPÍNOLA, 2015).

Polarização e conceitos acerca da dinâmica regional

Para o melhor entendimento sobre a polarização, é necessário a definição de conceitos importantes que auxiliam a compreensão da dinâmica regional.

Os conceitos de região e espaço foram elaborados por diversos autores que mostraram o surgimento dos movimentos migratórios do capital, e conseqüentemente, a manifestação dos resultados em determinada dinâmica regional. (MARCHIORO, GUBERT e GUBERT, 2014)

Segundo os mesmos autores, seria por meio do modo de produção capitalista e da crescente globalização da economia que as características da regionalização são mais evidenciadas.

Com relação à região, para que se tenha uma melhor definição do termo, é necessário um delineamento do quadro territorial. Nesse contexto, a região é definida como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 1990, p.32).

Ademais, a região não deve ser conceituada de forma isolada, deve ser levado em consideração, além do ponto de vista econômico, a sua inserção no país e no mundo e também sua estrutura interna, ou seja, deve ser levado em consideração os aspectos demográficos, sociais e tecnológicos (ISARD, 1956 APUD MARCHIORO, GUBERT E GUBERT, 2014).

Assim, Souza (2005) afirma que “uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes, como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade”, com isso, pode-se afirmar que uma região é constituída por um território contínuo que apresenta particularidades semelhantes e apesar de poderem possuir aspectos diferentes, eles não se sobrepõem às características que os unem.

Com relação ao espaço, segundo Rippel e Lima (2009), a sua definição tem grande importância na economia moderna. Para os autores, o espaço econômico é um elemento ativo na dinâmica do sistema produtivo, pois se origina na atividade humana e em suas relações econômicas, como a produção, o consumo, a tributação, o investimento, a exportação, a importação e a migração.

No mesmo sentido, para Perroux (1967) o espaço econômico é um conjunto de relações entre a empresa e seus fornecedores e entre a empresa e seus compradores. Ademais, como o espaço é um processo, ele está sempre em transformação, ou seja, nunca estará organizado de forma definitiva.

Segundo Moro (1990) *apud* Marchioro, Gubert e Gubert (2014), o espaço não é estático, pelo contrário, é profundamente dinâmico e se modifica permanentemente, ou seja, será por meio da relação que uma organização estabelece com seus *stakeholders*, como por exemplo, seus fornecedores, clientes e governo, que uma região pode ser definida.

Acrescenta-se ao rol de definições importantes, a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois é possível a existência de um crescimento econômico sem que tenha alcançado um desenvolvimento econômico. Para que haja desenvolvimento, o crescimento é condição indispensável, porém não é condição suficiente (MARCHIORO, GUBERT E GUBERT, 2014).

Assim, os autores acrescentam que o crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia por meio da produção de bens e serviços, assim como o aumento da força de trabalho, poupança, investimento e nível de tecnologia empregada. Por outro lado, o desenvolvimento econômico é um complexo processo de mudanças e transformações política, econômica, humana e social, que poderão satisfazer as diversas necessidades do ser humano, como o aumento da qualidade de vida.

Isto posto, as definições apresentadas são parte do fundamento teórico para que as dinâmicas regionais em centros urbanos possam ser compreendidas. Outrossim, além dos conceitos anteriormente expostos, é importante salientar um outro conceito indispensável para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa: os distritos industriais, conceituados a seguir.

O conceito de distritos industriais surgiu no século XIX, na tentativa de caracterizar os locais, ao redor das cidades inglesas, que concentravam empresas de pequeno e médio porte que estavam próximas às grandes indústrias.

Para Marshall (1890) *apud* Lauria, Moisés e Pasqualetto (2012), distritos industriais nada mais são do que uma concentração ou aglomeração de empresas que se interagem entre si, em um determinado espaço geográfico, que pretendem gerar vantagens econômicas para os agentes envolvidos.

Para Baccattini (1999) distrito industrial é “uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”.

Para Tapia (2003), para que exista um distrito industrial é necessário que o sistema local de pequenas empresas esteja vinculado aos mercados externos de escoamento dos produtos. E mais, para se identificar um distrito industrial é necessário também um conjunto de consumidores capazes de absorver a produção.

Análise dos índices do município de Aparecida de Goiânia: evolução econômica, financeira e social

A criação dos distritos industriais de Aparecida de Goiânia

Os distritos industriais de Aparecida de Goiânia surgiram em meados da década de 1980, porém, até a década seguinte não houve impactos ou melhorias relevantes com a implementação destes (LAURIA, MOISÉS e PASQUALLETO, 2012).

Ao todo, são quatro distritos industriais presentes na cidade, dos quais três são de jurisdição municipal e um de jurisdição estadual.

O DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia, de jurisdição estadual foi inaugurado em junho de 1989, por meio da Lei Municipal nº 1.849/1989, sendo o primeiro a ser criado para a região.

Já em relação aos distritos sob jurisdição municipal, o primeiro a ser implementado foi o DIMAG – Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia, por meio da Lei Municipal nº 1.470/1995. O segundo a ser criado foi o Polo Empresarial de Goiás, por meio das Leis Municipais nº 1.263/1997 e Lei nº 1.624/1997. No ano de 2002, por meio da Lei Municipal nº 2.264/2002, o Polo Empresarial foi expandido. Por fim, em 2004, por meio da

Lei nº 2.473/2004, o terceiro distrito foi criado com o nome de Parque Industrial Aparecida, e no ano de 2010 o nome foi alterado para Parque Industrial José de Alencar.

Lauria, Moisés e Pasqualletto (2012) afirmam que as áreas destinadas para a instalação de tais distritos foram desapropriadas e cedidas às empresas que tivessem interesse em se instalar na região. Sem o mínimo possível de infraestrutura para acomodar tais empresas, essas áreas acabaram sendo reintegradas e cedidas diversas vezes, já que o custo para a instalação das empresas era consideravelmente alto para os empresários.

Ainda atualmente, muitos empresários estão instalados no DIMAG, no Polo Empresarial e no Parque Industrial não possuem escrituras, com exceção de cerca de trinta empresas do Polo Empresarial, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG, do ano de 2015. Desta forma, todos esses distritos industriais careceram e ainda carecem de investimentos por parte do Estado para que seja possível o alcance dos principais objetivos da criação dos mesmos, incluindo a geração de empregos e possibilitar o crescimento e desenvolvimento para a região.

Para que fosse possível o levantamento da evolução e do diagnóstico dos indicadores de Aparecida de Goiânia foram considerados os dados dispostos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mouro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Os indicadores foram divididos em 3 aspectos, sendo o primeiro o aspecto demográfico, onde foram analisados os dados à respeito da densidade demográfica e da população estimada. O segundo aspecto é o econômico-financeiro, analisando os dados referente ao PIB e às receitas recolhidas pelo município de Aparecida de Goiânia. Por fim, o último aspecto é o sociocultural, onde foram consideradas informações à respeito do número de empregos formais totais (ou postos de trabalho) e os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M).

O período analisado compreende os anos de 2001 a 2017 para o aspecto demográfico. Para o aspecto econômico-financeiro referente aos dados do PIB da cidade, foi considerado o período de 2002 a 2015 e em relação às receitas municipais totais, o período de 2002 a 2014, considerando que os dados disponibilizados no IMB e no IBGE são referentes até o ano de 2014. Por fim, em relação ao aspecto sociocultural, os dados sobre o número de empregos formais totais foram considerados de 2002 a 2016, e para análise da evolução do

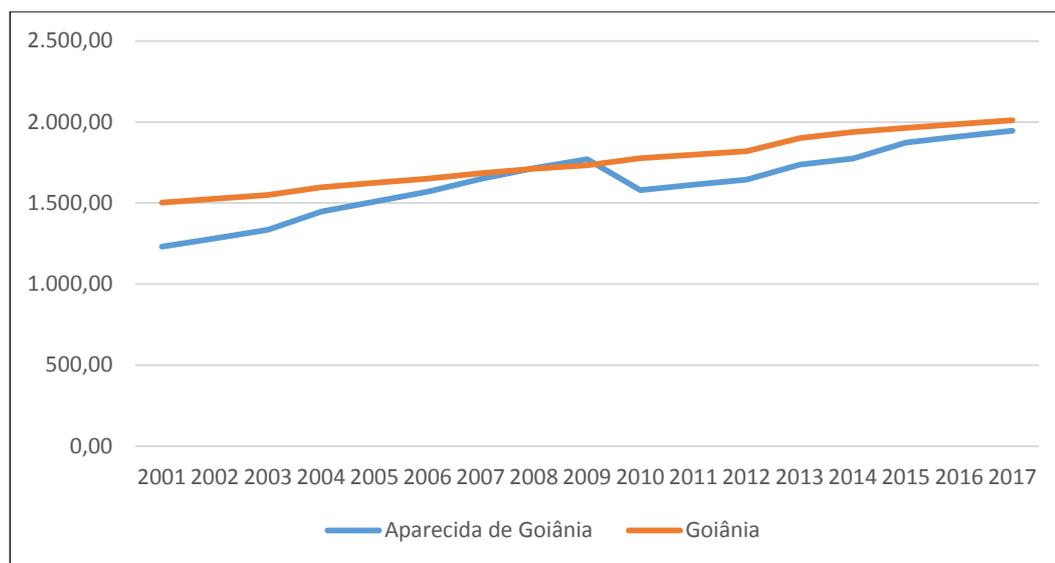
IDH-M, foram utilizados os valores publicados disponíveis, que são referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010¹.

Aspecto Demográfico

O primeiro aspecto analisado se refere à população do município. De acordo com o site do IBGE, a densidade demográfica é um indicador que mostra como a população se distribui pelo território, e pode ser determinado pela razão entre a população e a área de uma determinada região. Já a população estimada é realizada anualmente pelo IBGE para atender a requisitos de dados do Tribunal de Contas da União.

Os dados retirados do IMB mostram que a densidade demográfica do município de Aparecida de Goiânia apresentou um crescimento maior do que a capital Goiânia, apesar de ter apresentado uma queda no valor, no ano de 2010 em relação à 2009.

Gráfico 1 – Densidade Demográfica de Aparecida de Goiânia e Goiânia.



Fonte: IMB e IBGE. Elaborado pelas autoras.

O gráfico mostra que apesar da densidade demográfica de Goiânia ser maior na maioria dos anos, a linha dos dados de Aparecida de Goiânia é mais inclinada. Em 2009, Aparecida de Goiânia ultrapassou a capital goiana, mas em 2010 houve queda na densidade. Porém, nos anos seguintes, os números voltaram a aumentar.

A população estimada total aparecidense em relação à goiana acompanha o movimento da linha do gráfico anterior, como é possível perceber pelos dados da Tabela 1.

¹ - Apesar da diferença entre os períodos de anos analisados, acredita-se que seja possível fazer o levantamento da evolução do município de Aparecida de Goiânia, considerando que o menor intervalo para análise é de treze anos.

Tabela 1 – População Estimada de Aparecida de Goiânia em relação ao estado de Goiás

Período	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População Relativa ao Estado de Goiás, em %	6,9	7,1	7,2	7,6	7,7	7,9	8,5	8,6	7,6	7,7	7,8	7,8	7,9	7,9	8,0

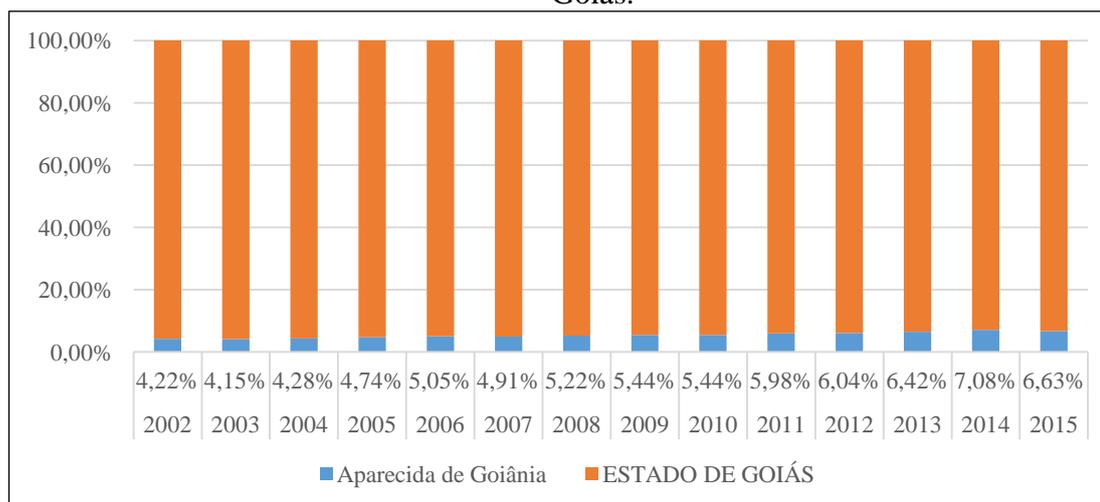
Fonte: IMB. Elaborado pelas autoras.

Aspecto Econômico-Financeiro

Para analisar o aspecto econômico-financeiro de Aparecida de Goiânia foram considerados duas variáveis: PIB municipal e Receita Municipal total.

Os dados sobre o PIB municipal estão disponíveis do ano de 2002 a 2015. Os valores do PIB foram dispostos em comparação aos do estado de Goiás.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto de Aparecida de Goiânia em relação ao Estado de Goiás.



Fonte: IMB e IBGE. Elaborado pelas autoras.

Em média, durante os anos analisados, 5,4% do PIB do Estado de Goiás é advindo do município de Aparecida de Goiânia. Em 2014 o número chegou a 7%, sendo o maior desde 2002.

A Tabela 2 mostra a evolução do PIB municipal no mesmo período, por meio da análise horizontal dos dados. O maior salto de crescimento foi no ano de 2011 em relação a 2010, aumentando em 24,96% em comparação ao ano anterior.

Tabela 2 – Evolução do valor do PIB – Aparecida de Goiânia-GO

	Anos	PIB (R\$ mil)	Evolução do PIB
PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - PIB (R\$ MIL)	2002	1.628.233	-
	2003	1.890.286	16,09%
	2004	2.187.999	15,75%
	2005	2.554.144	16,73%
	2006	3.101.630	21,44%
	2007	3.503.290	12,95%
	2008	4.305.373	22,90%
	2009	5.049.743	17,29%
	2010	5.808.581	15,03%
	2011	7.258.178	24,96%
	2012	8.377.964	15,43%
	2013	9.709.228	15,89%
	2014	11.677.247	20,27%
	2015	11.518.675	-1,36%

Fonte: IMB. Elaborado pelas autoras.

Em relação ao aspecto financeiro, foi considerada a evolução da Receita Municipal. Conforme o site do IMB, essas receitas são aquelas classificadas como orçamentárias, recolhidas aos cofres públicos por força de arrecadação, recolhimento e recebimento. Englobam as receitas correntes e as receitas de capital. Os dados estão disponíveis até o ano de 2014.

O que se percebe é que em todo o período analisado, a arrecadação apresentou aumento, sendo que em nenhum dos anos houve decréscimo na arrecadação. Do ano de 2001 para 2002, o ano da expansão do Polo Empresarial, o valor arrecadado praticamente dobrou.

Tabela 3 – Evolução da arrecadação de receitas municipais – Aparecida de Goiânia-GO

	MUNICÍPIO	RECEITAS TOTAIS	Análise Horizontal
RECEITAS TOTAIS DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	2001	86.875	-
	2002	127.873	47,19%
	2003	130.538	2,08%
	2004	149.161	14,27%
	2005	181.011	21,35%
	2006	214.935	18,74%
	2007	253.979	18,17%
	2008	297.281	17,05%
	2009	368.428	23,93%
	2010	410.534	11,43%
	2011	521.111	26,93%
	2012	662.024	27,04%
	2013	770.998	16,46%
	2014	792.839	2,83%

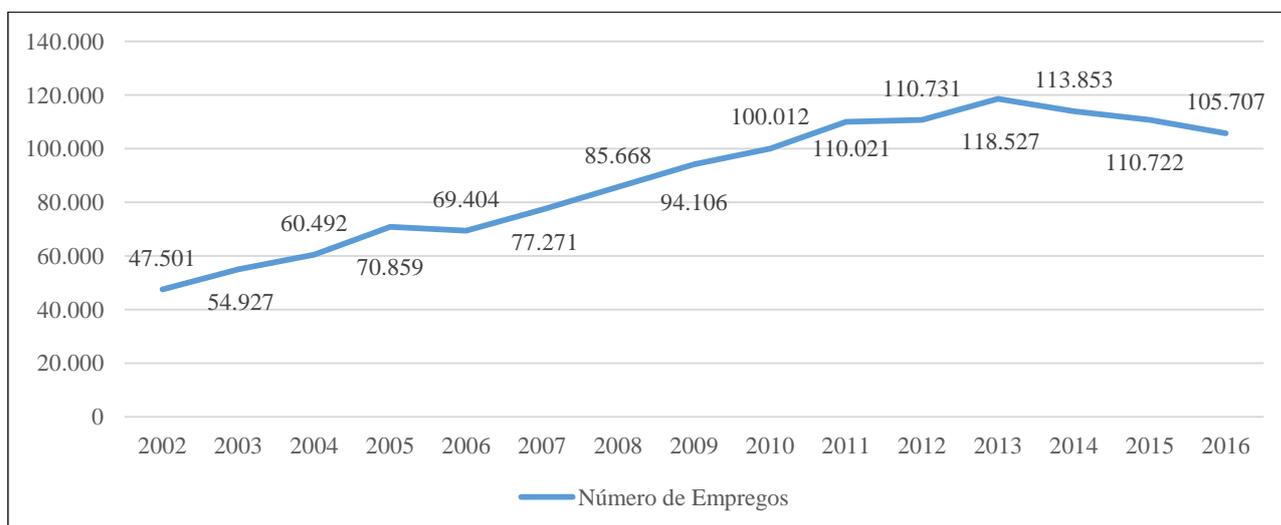
Fonte: IBM. Elaborado pelas autoras.

Aspecto Sociocultural

A primeira variável do aspecto sociocultural a ser analisada é o número de empregos formais, correspondente ao total de vínculos empregatícios ativos, o que não significa o número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho.

Enquanto todo o estado de Goiás conseguiu aumentar em 85% sua taxa de empregos de 2002 até o ano de 2016, Aparecida de Goiânia apresentou aumento de 122%. Apesar de algumas quedas no número durante os anos analisados, o município foi responsável por 7% em média, dos postos de trabalho no estado de Goiás.

Gráfico 3 – Número de Empregos (Postos de Trabalho) em Aparecida de Goiânia.



Fonte: IMB. Elaborado pelas autoras.

Por fim, a última variável analisada é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por três áreas do desenvolvimento humano: longevidade, acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda).

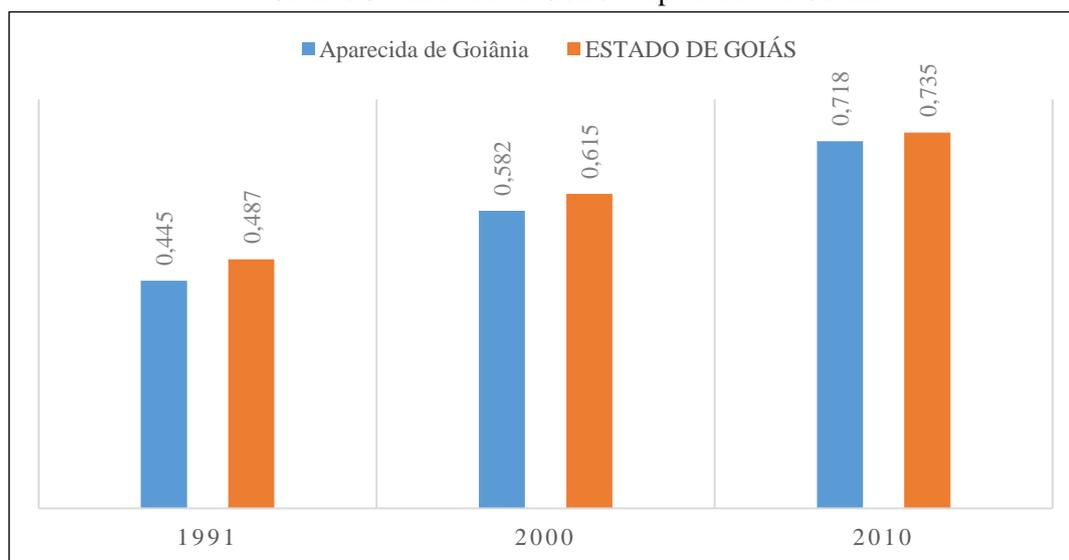
Vale salientar que o conceito de desenvolvimento humano não se resume ao seu índice, e apesar de se relacionarem de forma próxima, eles não são sinônimos. Pelo fato do IDH ser de cálculo e aplicação fáceis, o mesmo ganhou notoriedade e acabou caindo no senso comum que IDH e desenvolvimento humano são a mesma coisa. Porém, o IDH absorve somente uma pequena parte do desenvolvimento humano, que é extremamente maior e mais complexo do que o seu índice (MACHADO e PAMPLONA, 2016).

A aplicação da metodologia de cálculo do IDH a nível municipal recebe o nome de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, cuja sigla é IDH-M. Para analisar o IDH-M,

os parâmetros são: IDH-M muito alto aquele acima de 0,800; IDH-M alto aqueles de 0,700 a 0,799; IDH-M médio que varia entre 0,600 e 0,699; IDH-M baixo, com índice que vão de 0,500 a 0,599; e IDH-M muito baixo, com valores de 0 a 0,500 (BATELLA e DNIZ, 2006).

Os valores do IDH-M disponíveis são os relacionados aos anos de 1991, 2000 e 2010. De forma comparativa, o IDH-M do estado de Goiás foi disposto ao lado do índice de Aparecida de Goiânia, de acordo com o Gráfico 5.

Gráfico 5 – IDH-M de Goiás e Aparecida de Goiânia.



Fonte: IMB. Elaborado pelas autoras.

Como é possível perceber, a evolução dos dados de Aparecida de Goiânia foi satisfatória, considerando que a mesma saiu do nível de muito baixo em 1991 para o nível de IDH-M alto em 2010.

Apesar dos valores do município estarem próximos ao valor do IDH-M do Estado de Goiás, Aparecida de Goiânia ocupava em 1991 a 70ª colocação no ranking de municípios classificados por IDH-M do Estado de Goiás, segundo dados disponibilizados pelo IBGE. Em 2000 o município passou para a 90ª colocação, e em 2010 conseguiu voltar para a 70ª posição no ranking.

Após a análise dos indicadores expostos, faz-se necessário apresentar constatações encontradas no decorrer do trabalho e acerca do diagnóstico levantado por meio dos dados referentes ao município de Aparecida de Goiânia.

Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi analisar a situação do município de Aparecida de Goiânia, de modo a levantar o diagnóstico em relação aos aspectos demográficos, econômico-financeiros e socioculturais.

Por meio da bibliografia levantada ao longo da pesquisa percebe-se que a criação desses aglomerados empresariais não foi feita com um prévio planejamento dos gestores do Estado, visto que as condições de infraestrutura básica existentes à época da criação das empresas eram precárias, postergando o alcance dos objetivos da implantação das mesmas, como por exemplo, a criação de emprego.

Apesar do problema inicial, percebe-se que o município de Aparecida de Goiânia apresentou melhora em todos os índices aqui analisados, considerando que a maioria deles teve variação positiva ao longo dos anos. Conforme a FIEG (2015), o número de empresas instaladas no município aumentou consideravelmente após a implantação dos distritos, o que pode ser um dos fatores que possibilitou o aumento no valor dos índices do local.

Ao analisar os dados disponíveis, percebe-se que o município conseguiu se desenvolver nos últimos anos, considerando os dados a respeito da Receita Total do Município, do PIB, do número de empregos e do IDH-M. Não é possível afirmar se tal crescimento se deve, exclusivamente, à criação dos distritos implantados na cidade, corroborando com Myrdal, tendo em vista a própria dinâmica do processo de causação circular cumulativa.

Quanto ao aspecto demográfico, como era de se esperar, a população do município de Aparecida de Goiânia aumentou ao longo dos anos, apresentando queda apenas no ano de 2010 em relação a 2009. Após este ano, a população voltou a subir, reforçando os efeitos polarizadores (PERROUX, 1967).

Sobre o aspecto econômico-financeiro, apesar da participação do PIB municipal no PIB do Estado nunca ter sido maior do que 7% durante o período analisado, tanto o PIB municipal quanto as receitas municipais totais apresentaram aumento ao longo do período analisado.

Considerando o aspecto sociocultural, onde analisou-se o número de empregos formais, o município de Aparecida de Goiânia aumentou em mais de 160% o número, se comparados os anos de 2002 ao de 2016. Já em relação ao IDH-M, o município passou de muito baixo, em 1991 para muito alto em 2010.

Em relação às limitações da pesquisa, pontua-se que as informações públicas disponíveis nos meios de comunicação são dificultam um diagnóstico mais completo. Soma-se a isso o fato dos dados específicos sobre as empresas instaladas nos distritos e no polo de Aparecida de Goiânia não estarem totalmente disponibilizados, o que faz com que não seja possível o diagnóstico específico de tais locais.

Como sugestões de futuras pesquisas, propõe-se um estudo mais aprofundado das empresas presentes nos distritos de Aparecida de Goiânia a partir dos seus dados econômicos e financeiros.

Bibliografia

Aparecida de Goiânia. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.624, de 13 de junho de 1997. Cria o Polo Empresarial Goiás.

BATELLA, Wagner B.; DINIZ, Alexandre MA. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 6, n. 2, p. 367-374, 2006.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: **DP&A**, 1999.

BONADIA, Neire; CUNHA, Fábio César Alves da. A mídia impressa e a produção de textos como recursos complementares para o ensino da geografia. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. v. I, Governo do Estado do Paraná, 2009.

CORRÊA, R.L. Região e organização Espacial. São Paulo: Ática, 1990

Estatísticas Municipais. Instituto Mauro Borges. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em 04/09/2016.

FIEG– Federação das Indústrias do Estado de Goiás. Polos Industriais do Estado de Goiás - Aparecida de Goiânia. Maio de 2015.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. O ambiente regional. **Três décadas de economia gaúcha**. v.1. 2010.

HONÓRIO, Marcelo; DUTKIEVICZ, Milton Lucas; SOUZA, Mariângela Pieruccini. O papel da indústria no crescimento regional: um estudo de caso da Empresa Arupel no município de Quedas do Iguaçu- PR. *A Economia em Revista*. v. 19, n. 1, julho/2011.

JESUS, Josias Alves de; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisando Perroux. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*, Ano XVII, N.2, Salvador-BA, Dezembro/2015.

KELLER, Paulo Fernandes. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**, v. 8, n. 16, p. 30-47, 2008.

LAURIA, Ivna Olimpio; MOISÉS, Aistides; PASQUALETTO, Antônio. Distritos Empresariais como Agentes de Desenvolvimento Regional em Áreas Públicas em Aparecida de Goiânia (GO). **Estudos**, v. 39, n. 1, p. 61-71, 2012.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **UFMG/CEDEPLAR**. Belo Horizonte-MG, 2009.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 53-84, 2016.

MARCHIORO, Luana W.; GUBERT, Denise; GUBERT, Veridiane. A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, n.31, v.16, p. 186-202, Ano 2014.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herber, 1967.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferrera de. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

ROMÃO, Maurício Costa. Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, p. 52, 1993.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**. Porto Alegre v. 16, n. 1 p. 87-112 jan./jul. 2005.

TAPIA, Jorge Ruben Bitto. Distritos Industriais, Sistemas Locais De Inovação e os Novos Desafios da Governança Local: Balanço à Luz da Experiência Internacional. XXVII Encontro Anual da ANPOCS.

GT: Empresariado e Ação Coletiva.Tema: Globalização, Empresariado e Desenvolvimento: Dilemas do Capitalismo Brasileiro, Caxambu 23-26 de outubro de 2003.

WILTGEN, Roberto da Silva. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre. vol 12, n. 2. 1991.

Sobre as autoras:

Claudia Regina Rosal Carvalho

Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG e do Mestrado em Administração Pública – PROFIAP/UFG

Camila Cardoso Carvalho Rodrigues

Mestranda em Administração Pública pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/UFG.

Cássia Cardoso Carvalho Vasconcelos

Mestranda em Administração Pública pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/UFG.

Flávia Rezende Campos

Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG

Artigo recebido em 20/03/2018

Aprovado em 03/09/2018

Como citar esse artigo:

CARVALHO, Claudia Regina Rosal. Polarização e desenvolvimento regional: o caso de Aparecida de Goiânia – Goiás. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2018.